

O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO:

Problematizando a cidadania e a formação docente

Walter Matias Lima (UFAL) – waltermatias@gmail.com

Resumo:

Este artigo constitui parte das reflexões do Grupo de Pesquisa sobre *Filosofia e Ensino de Filosofia* da UFAL, constituído por professores e estudantes do Curso de Graduação em Filosofia. A criação do referido Grupo tem como objetivo desenvolver atividades de ensino e pesquisa que ajudem a promover o ensino de filosofia em Alagoas e no nordeste brasileiro. Estas análises pretendem contribuir com a sistematização e criação de metodologias que atuem como dispositivos e suportes nas atividades pedagógicas exigidas por um ensino de filosofia que busca o *pensar* como atividade sem a qual a Filosofia é minimizada em seu ensino. Objetiva ainda contribuir para a discussão, no âmbito do sistema educacional, onde existe o ensino médio e a disciplina de filosofia, analisando sua organização e as condições atuais de seu ensino, especialmente, nesta fase de seu desenvolvimento, na cidade de Maceió/AL.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Cidadania; Ensino Médio.

TEACHING PHILOSOPHY IN HIGH SCHOOL: QUESTIONING CITIZENSHIP AND TEACHER EDUCATION

Abstract:

This article is part of the reflections of the Research Group on Philosophy and Philosophy Teaching of UFAL, consisting of teachers and Undergraduate students of Philosophy. The creation of this Group aims to develop teaching activities and researches that will promote the teaching of philosophy in Alagoas and in the Northeast of Brazil. These analyzes are intended to contribute to the sistematization and creation of methods that act as devices and support in educational activities required for teaching philosophy that seeks to thinking as an activity, without which philosophy is minimized in their teaching. It also aims to contribute to the discussion within the educational system where there is High Schools and the discipline of philosophy, analysing its organization and conditions of teaching, especially at this stage of its development in the city of Maceió/AL.

Key-words: Teaching philosophy; Citizenship; High School.

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos desta Pesquisa foi promover a discussão da *cidadania* e da *ética* nas atividades de ensino de Filosofia no ensino médio em Alagoas, através de discussões, produção de material didático-pedagógico, fomento a cursos de capacitação aos professores que já atuam no ensino médio e reforço àqueles que estão cursando a licenciatura em Filosofia. Ele faz parte da organização efetiva do Grupo de Pesquisa em Ensino de Filosofia (UFAL/ICHCA).

Outro objetivo, que se integra ao anterior, é refletir sobre a constituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e, mais especificamente, sobre o papel do ensino de filosofia, no âmbito da ética, neste segmento da educação em Alagoas e no Brasil.

Acreditamos que a contribuição significativa da filosofia, ao abordar a própria filosofia, a educação e a cidadania, é cumprir com a sua especificidade: a ruptura com o senso comum e com o dogmatismo, propiciando a abertura para o debate, a crítica, a manifestação da contradição no âmbito da relação entre o público e o privado, naquilo que é urgente para a construção da cidadania em Alagoas.

Assim sendo, entendemos que uma das tarefas da filosofia, que aqui é capital, é iluminar o sentido teórico e prático daquilo que pensamos e fazemos. Que nos leve a compreender a origem de ideias e valores que respeitamos ou odiamos, que nos esclareça quanto à origem da obediência a certas imposições e quanto ao desejo de transgredi-las. Enfim, que nos diga alguma coisa acerca de nós mesmos, que nos ajude a compreender como, por que, para quem, por quem, contra quem ou contra o que as ideias e os valores são elaborados e o que podemos fazer deles.

O trabalho da filosofia não consiste em trazer, necessariamente, soluções e respostas, mas em pensar o existente, a experiência individual e coletiva, a prática. Daí a necessidade de desenvolver a capacidade de ler e de entender os textos filosóficos e a própria realidade, de educar os professores e alunos para o exercício da dúvida, da contestação, do pensamento, bem como de descobrir e de se indignar contra toda e qualquer forma de exclusão; de trabalhar no sentido da humanização de todos os homens e de todas as mulheres, da criação de instituições e sociedades verdadeiramente humanas, o que jamais poderá ser preocupação,

Debates em Educação

compromisso e tarefa de uma só matéria, mas de um trabalho transversal e transdisciplinar que ajude aos sujeitos, historicamente situados, a construírem práticas efetivas de cidadania.

Seguindo essas perspectivas sobre a filosofia é que entendemos a importância de um trabalho de estudo e pesquisa que envolva professores e estudantes nas escolas no estado de Alagoas, especialmente no ensino médio e que a UFAL, naquilo que é possível pelos professores do Departamento de Filosofia, possa contribuir com a criação de uma cultura cidadã efetiva em nossa sociedade.

FILOSOFIA E CIDADANIA

Em nossos dias, muito se tem falado de cidadania. Num país colonizado desde sua origem, que viu a colonização ir mudando de mãos ao sabor das alterações nas forças geopolíticas e econômicas mundiais, o exercício da cidadania tem sido sempre tênue, eivado de controvérsias e contradições. Depois de passar por duas décadas de um regime de exceção, a última década tem sido marcada pelo discurso da construção da cidadania. Também muito se tem falado da educação; a mídia, os governos, os empresários, a sociedade a têm posto na ordem do dia. E não são poucos os discursos que colocam para a educação a tarefa de formar o cidadão.

Mais recentemente, também a filosofia entrou na roda: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, finalmente aprovada em dezembro de 1996, afirma que os jovens egressos do ensino médio devem dominar os “conhecimentos de filosofia necessários ao pleno exercício da cidadania”. E, ainda, fala-se de um ético exercício da cidadania.

Entendemos que a cidadania é um atributo de todo ser humano e, ao mesmo tempo, uma condição política. Podemos definir a cidadania como a relação de pertença a uma comunidade. Já Aristóteles mostrava que é inerente ao ser humano a condição política; é dele a célebre afirmação de que “o homem é um animal político”. Se somos animais políticos, o que quer dizer sobre o fato de vivermos em sociedade, em comunidade, que compartilhamos a vida, somos, necessariamente, pertencentes a

Debates em Educação

uma comunidade. Por outro lado, a cidadania nada é se não a exercitarmos, pois sendo inerente à condição humana, ela depende de nossas ações.

A cidadania não é um conceito unívoco; sua conceituação é histórica e depende estritamente da percepção do momento histórico em que ela é forjada. Assim, uma coisa era ser cidadão na *polis* grega, outra era ser cidadão no calor das discussões da Assembleia Legislativa que promoveu a Revolução Francesa e outra, bastante diferente, é ser cidadão neste Brasil de início de século. Podemos dizer que, em termos atuais e mais comuns, a cidadania constitui-se em direitos (possibilidades) e deveres (necessidades) dos indivíduos articulados numa sociedade política, numa comunidade. E é através dessa caracterização política da cidadania podemos questionar se ela existe, de fato, no Brasil contemporâneo.

Nessa perspectiva, que ensejamos nossa pesquisa, aprofundar a problematização de relação entre ética, ensino de filosofia e cidadania nas escolas alagoanas. Nosso intuito é fomentar a discussão e a reflexão sobre questões filosóficas e políticas relacionadas ao contexto do nosso estado. Também pretendemos produzir material de apoio para que possa ser utilizado nas diversas instâncias educativas, no âmbito escolar, e que contribuamos, dessa forma, para a construção de conhecimentos necessários, que possibilitem a prática de uma cultura cidadã efetiva e crítica. Em decorrência, esperamos que as referidas relações sejam radicalizadas e possibilitem as devidas conceituações que permearam a compreensão e interpretação do tema.

Pois, trata-se, portanto, para nós brasileiros, de construir uma cidadania de fato, para além de uma cidadania legal e de direito como a cidadania burguesa realizada nos países ricos. Precisamos construir uma cidadania ativa, uma verdadeira forma de ação política que seja possível para o conjunto da sociedade e não apenas para as minorias privilegiadas. No Brasil de hoje, por conseguinte, é urgente que arregacemos as mangas e nos dediquemos a conquistar e construir (o ensino a pesquisa acadêmica é uma forma de ação concreta e eficaz) uma cidadania que, se é inerente à nossa condição de humanos, só terá sentido quando a exercermos de fato.

Debates em Educação

Assim sendo, o que vamos expor a seguir são considerações que resultaram do estágio atual de nossas discussões teórico-metodológicas no âmbito do Curso de Licenciatura em Filosofia da Ufal e com os alunos bolsistas envolvidos em pesquisa de Pibic.

Portanto, pretendemos levantar alguns temas sobre a filosofia no ensino médio brasileiro. Temas que têm como objetivo contribuir para o debate atual sobre a problemática acerca da importância e do significado que podemos atribuir ao ensino de filosofia. Contudo, diante da grande diversidade e complexidade que é a questão da filosofia no ensino médio, não pretendemos esgotá-la, nem afirmar que essa é a melhor maneira de tratá-la.

PROBLEMATIZANDO O ENSINO DE FILOSOFIA

A bibliografia que, geralmente, discute a dinâmica que envolve os processos de ensino/aprendizagem na práxis educativa, levanta controvérsias teóricas e práticas sobre concepções de educação e do papel da escola na sociedade, o que coloca, para o ensino de filosofia. A necessidade de uma tomada de perspectiva. Partiremos da noção de que uma das características da educação é ser um processo pelo qual nos transformamos ao reconstruirmos nossas experiências dando-lhes novas significações, ver por exemplo as contribuições de Gallo (2012); Cepas (2010); Go (2010).

Assim sendo, concebemos que a filosofia (seria melhor dizer; as filosofias) não é feita para refletir sobre qualquer coisa. A capacidade de refletir é uma aptidão que pode ser desenvolvida sem o auxílio da filosofia. Mesmo quando dizemos que a filosofia é uma atividade de reflexão crítica de conjunto, rigorosa e sistemática, o que parece já virou lugar comum em vários manuais apostilados que existem no mercado e direcionados ao ensino médio, a filosofia é reduzida a uma interpretação genérica.

O que a filosofia tem a dizer, o diz porque é uma disciplina criativa e inventiva como qualquer outra e mantém transversalidades com as demais. A importância da filosofia reside na sua potencialidade para construir conceitos, entendendo os

Debates em Educação

conceitos como necessidades que brotam da experiência humana. Os conceitos não existem em-si e por-si mesmos, não são entidades metafísicas que existiriam como essências intemporais (nem associados, de antemão, a critérios transcendentais de verdade, universalidade, imutabilidade), não são anteriores à práxis das singularidades e dos coletivos historicamente situados.

Tratamos, aqui, dos conceitos dentro da perspectiva deleuziana, em que o fazer filosófico trata dos acontecimentos e, estes, entendidos não como “fatos”, mas como “devires”. Para além da questão “o que é?” (questão prioritária em uma abordagem metafísica), encontramos a questão “o que se passou?”. Contudo, não se trata de entender o acontecimento como preocupação exclusiva pelo presente, no sentido de investigar unicamente o imediato, o instantâneo, uma espécie de investigação para encontrar o “ser” do presente, mas o devir do presente. Na perspectiva deleuziana, procuramos fornecer uma conceitualização das tendências que influenciam diversas instâncias da produção filosófica, apontando os possíveis sentidos do acontecimento, isto é, abrindo para novas significações da experiência. Eis o trabalho do pensamento: perguntar “o que vai acontecer” ou “o que aconteceu”; através dos conceitos. Estes dizem o acontecimento, ao invés de dizer as essências.

Pensar é criar, não unicamente refletir. É colocar a questão do sentido (da produção do sentido e o sentido da produção), não da verdade. É exercer o pensamento como atividade inventiva na ordem dos problemas, das regras e dos conceitos: o pensamento como criação. Essa é uma das possibilidades do ensino da filosofia: experimentar novas relações entre os seres, construir novas composições; o pensamento como plano de composição onde as relações e os acontecimentos se constroem e se desconstroem. Porque os conceitos filosóficos não são noções universais, mas singularidades, a filosofia formula os conceitos adequados à contemplação, à reflexão, à comunicação, em que o conceito impede o pensamento de ser uma simples opinião, o conceito é o que faz pensar em domínios heterogêneos.

Debates em Educação

O prazer é uma consequência da necessidade de criar. E a filosofia é uma disciplina criadora, forja conceitos por necessidade de nos situar melhor no espaço-tempo.

Colocando o que foi dito em outra perspectiva, perspectiva que passa de través com a anterior; podemos dizer que o futuro da filosofia depende de sua capacidade de auto-reconstrução conceitual e, ao mesmo tempo, da efetivação da atividade filosófica como trabalho crítico do conceito que busca a elaboração de teorias com intenções práticas, construindo hipóteses plausíveis orientadoras do sujeito capaz do exercício constante de investigação. É essa capacidade de auto-reconstrução conceitual o que torna a filosofia eficaz, dando-lhe condições de permanecer fiel à práxis que a engendrou. Lembrando que em filosofia, mas não exclusivamente em filosofia, as conclusões são transitórias, não definitivas; isto é, abertas a novas ponderações.

Contudo, e como a filosofia não é mais preocupação apenas da elite cultural não submetida ao trabalho produtivo, a atividade filosófica se faz a partir da capacidade de construir um corpus teórico crítico que proporcione a elaboração de conhecimentos com intenções práticas. Um conhecimento que possa ser continuado na formação de um discurso dialético-dialógico orientador da ação, onde haja a possibilidade de diminuir o abismo existente entre a intenção e o gesto, onde a ação transcenda o âmbito do sujeito singular e mergulhe na vida cotidiana dos diversos agentes históricos, contribuindo para a emancipação humana.

Uma das consequências do trabalho conceitual da filosofia é fazer voz diante dos silêncios deixados pela ideologia, deixando dessa forma, de falar sobre as coisas, para falar das coisas. O conceito brota quando a experiência fala de si e sobre si mesma, buscando sua inteligibilidade e compreendendo-se. Neste caso, podemos dizer que o conceito advém do trabalho do pensamento, elaborando discursos da experiência e não sobre a experiência.

É indispensável, pois, rever a relação da filosofia com a experiência, tomando-se esta não como uma simples contingência e sim como algo necessário e importante para repensar o cotidiano do homem contemporâneo. Urge, portanto, pensar o

Debates em Educação

sentido da formação do docente em filosofia, entendendo este docente como aquele que orienta para a construção da experiência do pensar, pensando a experiência.

O ENSINO DE FILOSOFIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Atualmente, no Brasil, a discussão em torno do significado e do papel da filosofia no ensino médio, tem adquirido amplitudes cada vez mais incisivas. Contudo, queremos chamar a atenção para um tema que não tem sido muito abordado: a *formação dos professores de filosofia*. Existem pesquisas feitas no Brasil sobre esse tema, mas a maioria não encontrou espaço maior de publicação, além do formato das dissertações e teses que encontramos nas bibliotecas das universidades.

Colocamos essa questão porque consideramos urgente uma discussão mais ampla da atual situação das licenciaturas em filosofia no Brasil. Uma vez que boa parte do debate sobre a filosofia no ensino médio surgiu, atualmente, das prescrições propostas pela Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nesse documento, a filosofia e sociologia aparecem como conhecimentos “necessários ao exercício da cidadania”, ou seja, artefatos que aparecem como se fossem um sortilégio, auxiliando na compreensão do que é cidadania, o que deixa a filosofia em situação ambígua, uma vez que não fica clara qual a posição, em relação ao ensino da filosofia, para a concretização de um objetivo mais amplo que o próprio fazer filosófico possa oferecer ao que se chama, na LDB, de *exercício da cidadania*.

Entendemos que essa forma de abordar a filosofia, deixa em aberto uma questão importante: a partir dos parâmetros curriculares propostos pelo Ministério da Educação, a filosofia tende a se constituir como disciplina no currículo escolar, o que exigiria um professor qualificado para o ensino dessa disciplina. Entenda-se qualificado, aqui, como alguém que, em princípio, graduou-se em filosofia e que possui habilitações didático-pedagógicas específicas para o ensino de filosofia no Ensino Médio. No entanto, na maioria das universidades brasileiras, o graduado em filosofia não tem formação suficiente para exercer tal atividade, ou a exerce de forma precária.

Debates em Educação

Esse fato se deve, em grande parte, à forma como são tratados os conteúdos das disciplinas da licenciatura, muitas vezes panorâmicos. Levando-se em consideração a falta de inter-relação e integração entre os Departamentos de Filosofia e os Centros de Educação, sendo estes últimos os responsáveis, atualmente, pela capacitação dos licenciados.

A organização dos cursos de graduação em Filosofia, no Brasil, ainda obedece ao *Parecer de nº 277/62*, que teve como relator Newton Sucupira, e estabelece um currículo mínimo que abrange tanto as licenciaturas, quanto os bacharelados. Esta forma de organizar os currículos fez com que a maioria das universidades fundisse bacharelado e licenciatura em um único período de graduação, em geral, quatro anos. Contemplando em seus Projetos Pedagógicos, tanto o incentivo à pesquisa e à produção intelectual, quanto à atividade de docência. Contudo, a pesquisa em filosofia está restrita praticamente aos cursos de pós-graduação em pouquíssimas universidades (essas poucas raramente valorizam a docência voltada para o ensino médio) e a formação docente, especificamente para o magistério do Ensino Médio, fica a cargo dos Centros de Educação, aonde os alunos de filosofia vêm de forma genérica, as disciplinas de Prática de Ensino (mesmo com estágio curricular), Didática e a já velha e cansada Estrutura e Funcionamento de Ensino.

Sendo assim, é preciso que se reconstrua a compreensão do trabalho do professor de filosofia, levando-se em consideração o professor como educador que pensa sua prática e direciona sua ação para a reestruturação de suas condições de trabalho, assumindo a atividade docente como prática transformadora. Essa é uma das tarefas que se põem como urgentes na discussão da formação do docente em filosofia para crianças e jovens. Precisamos alimentar o debate por uma nova perspectiva das graduações em filosofia, desde a estrutura do currículo mínimo, dos conteúdos programáticos das disciplinas; tanto quanto dos Parâmetros Curriculares propostos para o Ensino Fundamental e Médio ensejando, dessa maneira, novas perspectivas na licenciatura e no bacharelado em filosofia, sem mergulhar do didatismo e construindo tanto o pensar filosófico, como o filosofar.

Debates em Educação

Se estivermos certos, precisamos avançar para sair de um discurso sobre a filosofia, aqui filosofia no Ensino Médio, para um discurso da prática de ensino de filosofia. Precisamos ouvir a voz daqueles que têm a filosofia como experiência, isto é, professores e estudantes.

Entendemos que a filosofia, no Ensino Médio, deve ser inserida como disciplina específica, contribuindo para a formação de comunidades de investigação (LIPMAN, 1994), mesmo que inserida como instrumento para a reflexão sobre o exercício da cidadania, o que reforça ainda mais a discussão sobre as licenciaturas em filosofia. Não se trata, aqui, de fazer a apologia mercantil da profissionalização do professor de filosofia, mas de procurar, no âmbito da graduação, as condições do “*pensar permanente*” o sentido do ensino de filosofia e suas múltiplas realizações nas diversas áreas da educação escolar, ou seja, perguntar constantemente: *o que ensinar, para que ensinar e como ensinar*, levando em consideração o trabalho que já vem sendo realizado pelos docentes nas salas de aula.

Neste caso, o trabalho conceitual da filosofia busca explorar os limites tanto da teoria quanto da prática, através da crítica avaliadora e da reavaliação crítica transigente do que pode ser efetivado ou não efetivado nas escolhas e decisões das singularidades ou coletividades situadas historicamente e que ensejam as práticas do Ensino Médio; por outro lado, essa busca está permeada pelo mergulho nos problemas da subjetividade e da intersubjetividade, constantemente bombardeadas pela crise dos universais numa sociedade de mercado e de consumo que transforma em fetiche os valores e que confunde os devires da práxis de homens e mulheres com o culto da eternização do presente.

Encontrar um sentido para o ensino de filosofia na educação de crianças e jovens, atualmente, requer um olhar sobre a situação da escola brasileira que, em geral, está permeada por uma concepção prioritariamente informativa e enciclopédica (às vezes ingenuamente humanística e outras vezes cientificista). Assim como os discursos em defesa da filosofia no ensino médio, com raras e honrosas exceções, descrevem o próprio ensino da filosofia distanciado de uma reflexão de como se

Debates em Educação

encontra a escola brasileira, hoje. Como se o ensino da filosofia não sofresse determinações, por exemplo, das políticas públicas e do planejamento na educação nos níveis nacional e regional.

Isso está caracterizado no texto da LDB quando, para o “exercício da cidadania”, a filosofia e a sociologia entram como ‘elementos auxiliares’ para o referido “exercício”.

Se, no texto da LDB, encontramos ambiguidades no que diz respeito ao ensino de filosofia e sociologia, o mesmo pode ser dito sobre o que se chama “exercício da cidadania” e de como a filosofia pode ajudar a efetivar esse “exercício”, uma vez que a obrigatoriedade do ensino de filosofia, no nível médio, enfrenta uma série de questões que necessitam de mais investigação: a) os processos de formação docente do licenciando em filosofia, isto é, como se estrutura no Brasil, a partir da diretrizes curriculares, as graduações em filosofia tanto no bacharelado, quanto na licenciatura; b) quais as condições de estágio curricular para os licenciandos, onde e como realizam seus estágios e quais as condições de acompanhamento; c) quais as propostas curriculares para o ensino médio na escola pública e na escola privada e a relação com o Enade; d) a carga horária disponível para o ensino de filosofia e a relação com as condições estruturais da escola, bem como com relação entre o que as propostas curriculares indicam e o projeto pedagógico da escola; e) urge discutir as variâncias nacionais sobre a formação de professores de filosofia e as diversas propostas estaduais para o ensino médio, especificamente entre filosofia e sociologia e as outras áreas de saber e f) abertura para novas discussões entre ensinar filosofia e ensinar a filosofar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos definir cidadania pelos princípios democráticos, onde o “exercício da cidadania” se consagra como constante processo de conquista e de materialização social e política de instituições (a escola, uma delas) e de comportamentos. A

Debates em Educação

democracia como forma de existência social onde se estabelecem, numa sociedade dividida em classes, as relações sociais, os valores e o poder político, o que caracteriza o exercício da cidadania como a busca de efetivar os direitos (sociais, civis e políticos) no embate entre a igualdade como princípio democrático e a desigualdade real imposta pela atual sociedade. Não há cidadania fora de um espaço social de luta pela igualdade e pela liberdade daqueles que a exercem. Assim sendo, umas das contribuições que a presença do ensino de filosofia pode ensejar é o permanente esforço para manter viva a capacidade do exercício do pensar. O pensamento e o conceito como instrumentos de ação política contra a imposição de uma ordem estabelecida, contra as reduções ideológicas; o conceito como arma contra o argumento da força, contra a violência. O trabalho da filosofia nos dá condições de debruçarmo-nos sobre nossa experiência, discutindo nossa prática e transformando nossas ações.

A prática do ensino de filosofia como possibilitadora do pensamento crítico através do trabalho do conceito, trabalho este que não negue as dimensões afetivas e motivacionais do sujeito, leva à crítica radical do já pensado. E uma crítica radical mantém a recusa por uma satisfação complacente com o *status quo*; uma crítica radical exercita uma razão coerente e emancipadora; uma crítica radical não fecha sua análise reduzindo o particular em si mesmo e uma crítica radical mantém vivo o compromisso do engajamento. Pois enquanto membro de uma organização coletiva, o sujeito constrói uma comunidade historicamente real. As relações intersubjetivas são radicalizadas com o objetivo de sair do reino da escassez por caminhos que necessitam da crítica advinda da razão dialética, crítica essa que abre, através da linguagem e da interação entre os sujeitos, a possibilidade da constituição de grupos autocríticos e de uma sociedade onde o exercício da liberdade é pressuposto para a transparência da própria sociedade.

Portanto, uma das afinidades entre filosofia e educação é mostrar a correlação entre experiência e conceito, reintroduzindo na universalidade dos conceitos a insuperável singularidade da aventura humana, mediante a reconstituição

Debates em Educação

compreensiva das mediações em que se concretiza a práxis individual e coletiva, partindo da compreensão de que toda filosofia exige uma ensinabilidade, pois não existe filosofia que não reclame uma pedagogia. Tal é a necessidade histórica a que responde a educação e a que responde uma prática de ensino de filosofia no ensino médio, como também, no superior. Isto é, como atividade onde experiência e conceito ensejam transformações.

REFERÊNCIAS

CERLETTI, Alejandro A. e KOHAN, Walter O. **A Filosofia no Ensino Médio**: caminhos para pensar seu sentido. Tradução de Norma Guimarães Azeredo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

COSSUTTA, Frédéric. **Elementos para a leitura dos textos filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: 34, 1992.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FÁVERO, Altair Alberto; RAUBER, Jaime José; KOHAN, Walter Omar. (orgs) **Um olhar sobre o ensino de filosofia**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2002.

FOLSCHIED, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques. **Metodologia filosófica**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GALLO, Sílvio. **Ética e Cidadania**. Campinas: Papyrus, 1995.

GALLO, Sílvio. **Metodologia do Ensino de Filosofia**. Campinas: Papyrus, 2012.

GALLO, Sílvio; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio. (orgs.) **Filosofia do ensino de Filosofia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar. (orgs.) **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GO, Nicolas. **Pratiquer la philosophie dès l'école primaire. Pourquoi? Comment?** Paris: Hachette, 2010.

IMBERT, Francis. **A questão da ética no campo educativo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

KOHAN, Walter Omar e LEAL, Bernardina (orgs.) **Filosofia para crianças em debate**. Petrópolis: Vozes, 1999. Vol. IV.

KOHAN, Walter Omar; CERLETTI, Alejandro A. **A filosofia no ensino médio**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

LEBRUN. G. **“Por que filósofo”**. In: Estudos CEBRAP, nº 15, jan/mar. 1976, pp. 148-53.

Debates em Educação

LIPMAN, Matthew. **A filosofia vai à escola**. São Paulo: Summus, 1994.

MUCHAIL, Selma T. (org.) **A filosofia e seu ensino**. Petrópolis: Vozes, 1996.

NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OBIOLS, Guillermo. **Uma introdução ao ensino da filosofia**. Ijuí: ed. Unijuí, 2002.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Correntes Fundamentais da ética Contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.